Veículo: O Estado do Maranhão

Data: 13/06/2008 Página: Economia

Atraso nas obras da UHE eleva risco de racionamento de energia

ALERTA É DO INSTITUTO ACENDE BRASIL, AO DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA HIDRELÉTRICA

Instituto Acende Brasil (IAB), entidade que desenvolve estudos e projetos de promoção da transparência e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro, alertou ontem que o atraso das obras e, conseqüentemente, do início de operação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), expõe o Brasil ao risco de racionamento.

O presidente do IAB, Cláudio Sales, afirmou que o início da operação da UHE, previsto para 2010, é fundamental para diminuir os riscos de racionamento de energia elétrica no país. De acordo com Sales, a energia da Hidrelétrica de Estreito representa 23% do que o Brasil precisa em energia assegurada ao ano. "Para se ter uma idéia da importância desse empreendimento, o lastro da UHE é capaz de suprir na totalidade as demandas atuais de energia dos estados do Maranhão e Tocantins, juntos", informou.

Segundo ele, o atraso no cronograma da maior obra de geração de energia elétrica em andamento no país representa menos 584 MW de energia firme em um sistema com necessidade mínima de 2.500 MW ao ano. Ou seja, de acordo com o especialista, o Brasil precisa de cinco hidrelétricas com a capacidade da UHE para levar energia elétrica a todas as familias brasileiras.

Cláudio Sales lembrou ainda que energia elétrica e crescimento econômico estão diretamente relacionados. "O Operador Nacional do Sistema (ONS), responsável pela operação do sistema elétrico brasileiro, conta com a energia das novas usinas que foram programadas para assegurar a projeção de crescimento médio do PIB nacional, que é de 4,7% ao ano", destacou o presidente do IAB.

"SEM SENTIDO"

Na opinião do especialista, a Ação Civil do Ministério Público do Maranhão, que pleiteia a ampliação da área de influência indireta da Usina de Estreito "não faz o menor sentido", porque vai



Claudio Sales informou que energia a ser gerada pela UHE representa 23% do que o Brasil precisa ao ano

de encontro à forma criteriosa como transcorreu o processo de licenciamento da UHE.

"Foram seis anos de estudos, análises, relatórios socioambientais e 10 audiências públicas, com participação do próprio Ministério Público, realizados pelo consórcio empreendedor e rigorosamente avaliados pelo Ibama, órgão licenciador, desde 2000, quando foi iniciado o processo, passando pela Licença Prévia, outorgada em 2005, até a concessão da Licença de Instalação, em dezembro de 2006", lembrou.

Sales afirmou que os resultados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica de Estreito foram reiterados por avaliação ambiental integrada realizada pela Empresa de Pesquisa Energética, do Governo Federal, em toda a Bacia do Rio Tocantins e de seus formadores, desde o seu nascedouro até a foz. Esses estudos levaram em consideração todos os empreendimentos hidrelétricos em construção, operação e planejados para a região, incluindo a Usina de Estreito.

Fique por dentro

>> A Justiça Federal do Maranhão anulou, semana passada, a licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito. A decisão é fruto de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal no Tocantins e no Maranhão.

>> Pela decisão, o Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pelo empreendimento, terá que complementar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) de forma que a Área de Influência Indireta do lago seja estendida. Em caso de não cumprimento, o consórcio estará sujeito a pagar multa de R\$ 15 milhões

>> O Ibama também foi condenado a não emitir nova licença de instalação antes da complementação do EIA/Rima, além de promover audiências públicas, sob pena de multa de R\$ 500 mil.

>> O projeto da Usina Hidrelétrica Estreito está orçado em R\$ 3 bilhões, com capacidade para gerar 1.087 megawatts de energia, sendo o maior empreendimento de geração de energia elétrica em curso no Brasil.

>> Os canteiros de obras estão em Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO).

>> Além destes três municípios, o projeto abrange Carolina (MA), Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante e Tupiratins, todas no Tocantins.